



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 06/2020

Data da Sessão Ordinária

18 de Dezembro de 2020

Início

20:30 horas

Termo

23:13 horas

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital, com o número de registo duzentos, de três de dezembro de dois mil e vinte.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal depois de apresentar os respetivos cumprimentos a todos os presentes, solicitou autorização para a gravação de som e imagens da sessão. Posta a votação a obtenção do som e imagens da sessão foi aprovada por unanimidade.-----

Nesta sessão e através das imagens captadas estiveram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino.-----

Também estiveram presentes por videoconferência para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

Em seguida, iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha a Ata número quatro, de catorze de agosto de dois mil e vinte, para análise e aprovação. Depois de analisada, foi

colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e cinco de setembro e o dia dezoito de dezembro.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período antes da ordem do dia.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), referindo que a Bancada do Partido Socialista tinha para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Ramoa Ferreira, que gostaria de passar a ler:-----

“Voto de Pesar,-----

A Bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Constância, reunida em sessão ordinária, no dia 18 de dezembro de 2020, apresenta um “Voto de Pesar” pelo falecimento do Exmo. Senhor José Ramoa Ferreira, conhecido por “Zé Brasileiro” na voz de Alexandra, poema de Vasco Lima Couto e música de António Sala.-----

Nasceu em 27 de outubro de 1941, em Braga, onde frequentou a escola e cresceu.-----

Em 1961 emigrou para o Brasil, para trabalhar num Bar, assumindo pouco tempo depois o cargo de relações públicas de uma empresa, do Touring Clube do Brasil, passando depois a trabalhar com antiguidades e decorações.-----

Em 1976, dois anos após o 25 de Abril, decidiu mudar de ares e adquire o Palacete, na Vila de Constância, propriedade, até então, da família do Pintor José Campas.-----

Pessoa simples, de trato afável e uma grande paixão pela cultura que o levaram a conviver com grandes vultos neste domínio, tais como: Vasco Lima Couto, Alexandre O’Neil, Rui de Brito, João Aguiar, Amália Rodrigues, entre muitos outros.-----

De realçar o seu ativismo, seja através da Casa Museu Vasco Lima Couto, seja com a fundação/criação, da Galeria de Constância (já extinta) ou, dos espectáculos de beneficência que promoveu e, muito particularmente, nos Corpos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, entre outros cargos.-----

A sua morte, para além de nos apanhar a todos de surpresa, constitui uma enorme perda para a Cultura, para o Associativismo e para o concelho de Constância.-----

Numa das suas últimas declarações sobre o atual estado do País disse: “lamento que as rádios e as televisões não transmitam mais programas de Poesia, Teatro e outros programas sobre cultura e arte. Tenho esperança que se modifique este pensamento...”.- Pelo seu percurso e exemplo de vida, pela divulgação e, por tudo o que fez nas mais variadas vertentes por Constância, propõe-se que a Assembleia Municipal de Constância delibere:-----

1 – Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor José Ramoa Ferreira.-



2 – Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto.-
Constância, 18 de dezembro de 2020-----

Os Deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Constância.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de colocar o Voto de Pesar a votação, questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma intervenção relativa ao documento apresentado pela Bancada do Partido Socialista.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que era mais que justo este voto de pesar pela importância que o Senhor José Ramoa tinha tido na vida cultural do concelho e na Associação dos Bombeiros Voluntários de Constância. Pretendia saber se a Câmara Municipal já tinha feito algum contacto junto da família sobre o destino a dar ao seu vasto e valioso espólio, seria importante que o município não o perdesse. Quanto ao Voto de Pesar, a Bancada da CDU estava plenamente de acordo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a questão apresentada seria um assunto para o ponto da Ordem de Trabalhos “Outros Assuntos de Interesse” e aí, o Senhor Presidente da Câmara Municipal responderia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC), qual a sua posição relativamente a este Voto de Pesar, porque, se todos estivessem de acordo com o mesmo, a Bancada do Partido Socialista não se oporia e passaria a ser um Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Constância.-----

A Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, disse concordar com a proposta apresentada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que este Voto de Pesar ao Senhor José Ramoa Ferreira, seria redigido de acordo com aquilo que tinha sido lido pelo Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, mas como sendo da Assembleia Municipal de Constância, colocando-o a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade como Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Constância.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se tinham mais algum assunto a apresentar neste período antes da Ordem do Dia.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que tinha uma Recomendação para apresentar sobre a Casa do Povo de Montalvo e a Igreja da Misericórdia.-----

“Recomendação-----

Casa do Povo de Montalvo e Igreja da Misericórdia-----

Como todos sabemos a Casa do Povo de Montalvo e particularmente o seu salão de Festas e Espectáculos é o local em Montalvo onde todos, cidadãos, associações, igreja, partidos políticos e autarquias desenvolvem muitas das suas actividades. Esta instituição tem tido desde sempre uma política de abertura a todos e é a única na freguesia com instalações minimamente condignas desempenhando, por isso, um papel fundamental para o desenvolvimento das mais variadas iniciativas.-----

Este espaço precisa de intervenção, recentemente, durante a discussão pública do PDM, todos os presentes entre os quais o Senhor Presidente da Câmara puderam constatar a abundante água que caía do tecto do salão onde estava a decorrer a sessão.-----

Também sabemos que a Igreja da Misericórdia, presentemente em obras há muito necessárias, é um edifício classificado como imóvel de interesse público desde 1978, desempenha um papel inigualável no contexto arquitectónico da Vila sendo um elemento crucial de atracção turística da Zona Histórica.-----

Para além das suas funções ligadas ao culto religioso, a Igreja da Misericórdia inserida harmoniosamente no centro Histórico desempenha também, através da sua função turística um importante contributo no tecido económico da Vila.-----

Atendendo à importância que estes dois edifícios têm para as respectivas comunidades e conhecendo as sérias dificuldades financeiras com que se debatem actualmente a Casa do Povo de Montalvo e a Santa Casa da Misericórdia de Constância os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Constância recomenda;-----

1 – Que a Câmara Municipal financie na totalidade as obras do telhado da Casa do Povo de Montalvo.-----

2 – Que a Câmara Municipal atribua um subsídio no valor igual à parte não financiada por outras entidades, como sejam a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativa à obra em curso na Igreja da Misericórdia.-----

Constância, 18 de Dezembro de 2020-----

Os eleitos da CDU”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Recomendação da CDU para aceitação e discussão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referindo que da leitura da Recomendação, tinha ficado com a ideia que seria a Câmara Municipal de Constância a suportar o custo da reparação do telhado, questionando se este procedimento não iria entrar em conflito com o que estava estipulado no Regulamento próprio para o apoio a este tipo de obras às diversas entidades e associações. Gostaria de



ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal pronunciar-se sobre o assunto, antes de tomarem uma decisão.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o assunto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por utilizar um ditado antigo para se referir à Recomendação apresentada pela CDU, referindo que ; “*seria colocar a carroça à frente dos bois*”. A Casa do Povo de Montalvo aguardava resposta a uma candidatura da TAGUS para as obras que poderia ser financiada a oitenta por cento. Esta candidatura estava em análise, havendo ainda que responder a um contraditório, logo, considerava que esta Recomendação era no mínimo precipitada. Tinha tido uma reunião com o Presidente da Casa do Povo de Montalvo e o que tinha ficado estabelecido era; aguardar o resultado da candidatura, pedirem um orçamento e depois voltarem a falar.---- Quanto à Igreja da Misericórdia, a Câmara Municipal já tinha atribuído um apoio para que a Santa Casa da Misericórdia desse início ao processo. Era necessário ter a noção na apresentação destes documentos (Recomendações) porque o dinheiro não esticava por muita vontade que existisse.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), referindo que, relativamente à Recomendação da Bancada da CDU sobre as obras na Casa do Povo de Montalvo e da Igreja da Misericórdia em Constância, pretendia dizer o seguinte: para qualquer obra com dispêndio de verbas municipais ou estatais, estas saíam sempre do bolso dos contribuintes. Teria que existir bom senso na sua análise, não se considerando para o efeito devidamente documentado para se poder pronunciar sobre o assunto. Do seu conhecimento e em consciência, apenas reconhecia a necessidade das obras, insuficiente para votar favoravelmente a Recomendação.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para dizer que o documento apresentado era uma Recomendação e, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha estado numa reunião com o Presidente da Casa do Povo, havendo ainda um contraditório para concluir, era compreensível esperar pelo desenrolar do processo. Lembrou, no entanto, a importância daquele edifício, único de Montalvo de verdadeira cultura, onde todas as pessoas se encontravam. Para além de outras questões e de outras promessas antigas, pensava que existiam condições para que a Câmara Municipal, se a candidatura fosse aprovada, contribuir com a percentagem devida. Certamente que não iria pagar a totalidade do telhado, uma parte seria paga pela candidatura, mas que houvesse um empenhamento efetivo para que nesta situação difícil, a Câmara Municipal se chegasse à frente na melhoria de um edifício que servia toda a

população de Montalvo. Também para a Misericórdia, a Câmara Municipal deveria contribuir com o remanescente em falta para o acabamento das obras. Tinha sido nesse sentido a apresentação da Recomendação.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que se tratava de uma Recomendação, colocando-a a votação. Analisados os votos, a Recomendação foi aprovada por maioria, com dois votos contra do PS, onze abstenções (dez do PS e uma do MIC) e cinco votos a favor da CDU. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referindo que a Bancada do PS tinha uma Declaração para apresentar relativa à inscrição da Nova Travessia sobre o Tejo, no Plano Nacional de Investimentos.-----

“Declaração.-----

A Bancada do PS na Assembleia Municipal de Constância, reunida em sessão ordinária no dia 18 de dezembro de 2020, congratula-se com a inscrição no Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030, de uma nova travessia sobre o rio Tejo entre as margens dos concelhos de Constância e Abrantes.-----

Esperamos que a decisão final que vier a ser tomada relativamente à sua localização exacta, seja a que melhor sirva os interesses das populações, das empresas e das demais entidades da nossa região.-----

Constância, 18 de dezembro de 2020.-----

Os Deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Constância.”-----

Não havendo mais intervenções para este período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos.-

-----**Período da Ordem do Dia**-----

1. Período reservado à intervenção do público- Para participação e esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, todos os interessados deverão enviar a sua exposição por correio eletrónico para: assembleiamunicipal@cm-constancia.pt até às 15.00 horas do dia 15 de dezembro de 2020;-----
2. Concessão de incentivos ao investimento no concelho de Constância – Contrato de Investimento nº 1/2020– Para conhecimento;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de documentos previsionais para o ano de 2021 – Para deliberação;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de mapa de pessoal e respetivo anexo para o ano de 2021 – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de contrato-programa a celebrar

JJ
74
O

com a Associação Centro Ciência Viva de Constância para o ano de 2021 – Para deliberação;-----

6. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação da Casa-Memória de Camões para o ano de 2021 – Para deliberação;-

7. Análise e discussão e eventual aprovação – RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. – Contrato de Gestão Delegada para a prestação dos serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos– Para deliberação;-----

8. Análise, discussão e eventual aprovação – AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água – Proposta de alteração aos Estatutos-Artigo 9º (Mandato) – Para deliberação;-----

9. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Constância – Para deliberação;-----

10. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----

11. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital com a ordem de trabalhos a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinham sido recebidas duas questões por correio eletrónico do Senhor Rui José da Silva Pires, proprietário no lugar da Pereira, Santa Margarida da Coutada, dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que passaria a ler e a seguir transcritas:-----

“Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância-----

Antes de mais desejo a V.Ex.ª, e a todos os eleitos e colaboradores autárquicos Boas Festas. Formulo votos para que todos nós saibamos e consigamos, com sentido de responsabilidade e no cumprimento dos nossos deveres de cidadãos e das funções que desempenhamos, vencer e ultrapassar a fase difícil que o mundo atravessa.-----

Nos termos do período destinado à intervenção do público, venho solicitar os seguintes esclarecimentos, de temática ambiental e de saúde pública:-----

Primeiro assunto: - Neste verão foram retiradas fotos do Rio Tejo e confluência do Zêzere, em que no meio do Rio Tejo se via um tubo solto (foto que se anexa, tal como outra, pelo Município de 2017) e junto à confluência do Zêzere com o Tejo (lado de Constância) corriam esgotos a céu aberto. Pretende-se saber:-----

a) Se esse tubo é o emissário de esgotos da Vila para a margem Sul/Caima;-----




- b) Quando foi a última vez que o referido emissário de esgotos sofreu rotura, quando foi reparado e se atualmente está ligado a funcionar corretamente;-----
- c) Se os esgotos a céu aberto, junto à confluência dos rios, surgiram como descarga alternativa face à rotura do emissário, se essas descargas continuam e qual a sua origem.-----

Segundo assunto: - Pese embora os seus habitantes cumprirem com o pagamento de impostos e da tarifa de saneamento/águas residuais, a localidade de Pereira continua sem solução em termos de tratamento de esgotos domésticos, representando um grave problema ambiental e de saúde pública. Acresce que o Município desistiu da concretização de um projeto e continua sem comunicar alternativas de solução, causando, à medida que o tempo passa, cada vez mais prejuízos financeiros em termos de investimento privado de várias intervenções de desenvolvimento local. Mais grave do que decisão desfavorável é não haver nem comunicação, nem definição, causando crescentes danos à população e proprietários locais e à própria localidade já tão maltratada ao longo dos processos de elaboração e revisão do PDM.-----

Por isso, com todo o sentido de urgência, se pergunta:-----

- a) Se já há definição da solução a implementar e, a ser assim, qual é a solução, para que a parte ou para todo o território e em que data se prevê a sua concretização;-----
- b) Qual é a verba inscrita para essa solução nos documentos previsionais do município para o ano de 2021 e qual a origem desse montante.-----

Sendo uma sessão pública, o efeito pretendido seria o de obter o esclarecimento rápido eficaz por intervenção direta. Desta vez existe até o envio antecipado das questões, pelo que se solicita forma de rapidamente o interveniente tomar conhecimento da resposta obtida na sessão. Se for possível, gostaria também de ter acesso à transmissão online da sessão. -----

Com os melhores cumprimentos,-----
Rui José da Silva Pires”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que enviaria ao Senhor Rui José da Silva Pires, a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Informou igualmente, que não tinha autorizado ao mesmo Senhor, a participação através de videoconferência nesta Assembleia, por em seu entender, ser um precedente que se abriria, para além de já ter recusado em sessões anteriores outras participações.-----

De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que

pudesse responder às questões apresentadas pelo Senhor Rui José da Silva Pires.-----
No uso da palavra e em resposta às questões apresentadas pelo Senhor Rui José da Silva Pires, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à primeira questão : - Era verdade que tinha ocorrido uma rotura no emissário que levava os esgotos da Freguesia de Constância para a ETAR (estação de tratamento de águas residuais) do Caima e, neste momento, estava resolvida a situação. Quando existia uma rotura no emissário e já não era a primeira vez que isso acontecia, a estação de bombagem dos esgotos com um sistema antigo em que os resíduos sólidos ficavam depositados e depois retirados pelo sistema de decantação, as águas saiam por um tubo que fazia a descarga no rio. Não havendo soluções infalíveis, quando o rio levava mais corrente, o emissário por diversas vezes colapsava, o que tinha voltado a acontecer. A situação estava resolvida e não havia de momento qualquer tipo de efluente a correr para o Rio Tejo, no respeitante aos esgotos da Vila. Deu conta que o município tinha feito uma grande intervenção, substituindo o emissário no ano de dois mil e dezassete, ainda no anterior mandato autárquico. Já anteriormente tinham acontecido problemas. De dois mil e dezassete até à data presente, já tinha apresentado alguns problemas, estando a Câmara Municipal a estudar uma solução definitiva para esta questão. Estava a decorrer um processo de contratação pública para que uma empresa especializada fizesse as sondagens do terreno para se poderem adjudicar as obras, cujos custos rondariam os duzentos e cinquenta mil euros. Em dois mil e vinte e um, a resolução desta situação seria uma prioridade.-----
Em resposta à segunda questão colocada, disse que o lugar da Pereira não estava esquecido e teriam de procurar uma solução para resolver os problemas existentes. Referiu que já tinha tido a oportunidade de transmitir ao Senhor Eng. Rui Pires, que desde que tinha a responsabilidade de Presidente de Câmara Municipal, apenas tinha recebido dois pedidos para limpeza de fossas sépticas no lugar da Pereira.-----

PONTO 2 - CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA – CONTRATO DE INVESTIMENTO Nº 1/2020 – PARA CONHECIMENTO-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por lembrar que em Assembleia Municipal tinha sido aprovado um Regulamento de Apoio ao Investimento e, nesse Regulamento, estava estipulado que sempre que a Câmara Municipal atribuisse um apoio no âmbito do mesmo, deveria dar conhecimento à Assembleia Municipal. Neste sentido, tratava-se de uma requerente de Santa Margarida da Coutada que pretendia construir um Minimercado, entre a localidade de Vale de Mestre e Portela. Tinha

apresentado o processo de licenciamento e competia à Câmara Municipal a atribuição de um conjunto de incentivos, nomeadamente, a redução de sessenta por cento (60%) do valor das taxas a pagar na Câmara Municipal.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o orçamento global da Câmara para o ano de dois mil e vinte e um tinha um valor de sete milhões e quatrocentos mil euros. Tinha tido um pequeno acréscimo em comparação com o orçamento do ano transato.-----

As incertezas em que vivíamos fruto da atual pandemia, obrigava o executivo camarário a agir com prudência, no entanto, e apesar de todas estas incertezas, consagrava um conjunto de investimentos e de projetos a pensar no futuro Quadro Comunitário de Apoio, bem como, no Programa de Resiliência e Recuperação Económica, apelidada de “bazuca Europeia”.-----

Este Orçamento Municipal contemplava: - O reforço da intervenção na Zona Ribeirinha no montante de cem mil euros, para substituição da totalidade do pavimento; a substituição do fibrocimento existente no Centro Escolar de Constância; os acessos ao Centro Escolar de Montalvo; a criação de condições para pessoas com mobilidade reduzida na rua Moinho de Vento em Constância, através do programa comunitário do PAMUS (Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável); previsão para se iniciarem negociações visando a expansão da zona Industrial de Montalvo; previsto o desenvolvimento do projeto do Museu dos Rios e das Artes Marítimas, junto ao Jardim Horto de Camões; requalificação da rua Principal na Aldeia de Santa Margarida, nomeadamente a substituição da conduta de água e a repavimentação da rua como a criação de passeios onde for possível; a continuidade do projeto Praia Fluvial que, como tinha dado conta na nota introdutória, tinham sido feitas análises à água e a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) iria avaliar se existiam ou não condições para a classificação das águas como balneares. Para além de todos estes investimentos consagrados no Orçamento Municipal, continuavam a aumentar os valores na área da Educação e da Ação Social e, uma grande incerteza nas ações culturais e desportivas, por não se saber se no próximo ano existiriam condições para as levar a efeito, atendendo à situação pandémica que o país atravessava. Era um orçamento rigoroso e

claro e, tinha como único objetivo, melhorar a qualidade de vida das nossas populações. Era um orçamento de transição, porque o atual Quadro Comunitário de Apoio terminava no final deste ano e os projetos desse quadro comunitário de apoio estavam praticamente executados, faltando apenas executar a questão da Zona Ribeirinha.-----

Lembrou ainda que, na projeção da arrecadação de receita de derrama, havia a consciência que em dois mil e vinte a atividade económica tinha sofrido um abrandamento significativo que teria impacto na arrecadação de receita no ano de dois mil e vinte e um. -

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte: - Após a leitura do documento em causa, na área das construções diversas, existiam duas rúbricas que se destacavam pelos montantes em causa; parques e jardins, com orçamento de duzentos e cinquenta e sete mil cento e três euros e, para instalações desportivas e recreativas, um valor de cento e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e seis euros. Gostaria de saber quais as obras a que se destinavam estas verbas? Questionou igualmente, se neste orçamento estava contemplada a construção ou eventual requalificação do Parque Infantil existente em Aldeia de Santa Margarida e, se estava igualmente contemplada alguma verba para dar continuidade à urbanização que estava para ser construída há alguns anos, sendo em seu entender uma infraestrutura muito importante para a Freguesia de Santa Margarida da Coutada? Outra questão que pretendia colocar, era sobre a requalificação da Rua Principal de Aldeia de Santa Margarida, essa rúbrica, tinha um montante orçamentado de cento e oito mil euros e, pelo que tinha ouvido na apresentação destes documentos previsionais, era mesmo para avançar. Assim sendo, quando da primeira revisão ao orçamento na Assembleia Municipal em maio de dois mil e vinte, estava um reforço de verba no montante de quarenta e cinco mil euros, sobre a qual tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara Municipal para que efeito era aquela verba. Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que existiam muitas ruas a precisarem de ser intervencionadas, mas que esta verba se destinava para requalificar a Rua Nova, em Portela. Há dois anos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que estava orçamentado a requalificação da Rua das Hortas, em Aldeia de Santa Margarida. Questionava assim se, no próximo ano estas três ruas iriam ser requalificadas? Por último, questionou sobre a falta de saneamento básico em Pereira e qual a razão para o insucesso da construção da nova ETAR (estação de tratamento de águas residuais) e, o que é que o executivo estava a prever como solução? -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que na nota introdutória do Senhor Presidente da Câmara Municipal no documento, que até

vinha mais completa que em anos anteriores, tinha achado estranho não aparecerem projetos ou referências como; a Ponte, o Parque Ambiental de Santa Margarida ou as Quintas do Tejo em Montalvo. Sobre esta última, tendo sido concessionada, qual o ponto de situação? Também não vinha nada respeitante ao Posto de Turismo, que em sua opinião não era digno para a importância turística do concelho. Não vinha nada sobre o monumento aos combatentes e à homenagem ao Comendador António Mendes, questão tão debatida nesta Assembleia. No conjunto geral, disse existir um ou outro aspeto que respondiam no imediato às aspirações das pessoas, mas em termos estruturantes, não via refletida nenhuma das preocupações que tinha referido. Quanto à remoção do amianto e à dotação prevista de quarenta e quatro mil e setecentos euros, tinha dúvidas que fosse suficiente, assim como, não via nenhuma preocupação na substituição de alguns troços de condutas de água em fibrocimento, considerando ser um trabalho urgente. Sobre a frente ribeirinha, uma questão que o preocupava era a Vila de Constância passar mais um verão impedindo as pessoas de usufruírem daquele espaço. Com as obras a decorrer, nunca tinham existido regras claras de estacionamento, para a obra ser conciliada com o mesmo, na parte baixa da vila. Uma outra questão dizia respeito aos quarenta mil euros na rubrica cemitérios, qual era o cemitério a que se referia, porque no início deste mandato dizia-se que o cemitério de Montalvo era prioritário, pelo que gostaria de saber se era o cemitério de Montalvo a ser intervencionado? Também para a Estrutura de Apoio ao Parque de Merendas, no montante de quinze mil euros, a que se destinava? No apoio à mobilidade da Comunidade Intermunicipal, com cerca de quarenta e um mil euros, qual era o seu destino? O acesso ao Centro Escolar de Montalvo tinha cem mil euros, esperava que estivesse contemplado nesta verba, uma ligação da Rua da Relvinha à Rua das Hortas, mas, com esta importância, punha dúvidas que fosse possível fazer a obra. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico consignado com um euro, tinha dúvidas que fosse feita alguma coisa. Gostaria igualmente de saber o seguinte: no PDR 2020, renovação de Aldeias, com vinte mil euros, qual o seu destino? No projeto intermunicipal – Caminhos literários, contemplado com cem mil euros, esperava que este projeto pudesse contemplar o espólio de Vasco de Lima Couto. No Cineteatro, estavam contemplados vinte e sete mil euros, questionando se era para equipamento. Verbas destinadas ao Parque Ambiental de Santa Margarida (um projeto positivo), jardim árabe, uma ideia com muitos anos. Para o associativismo, cinco mil euros para investimentos era uma verba residual. Aquisição de viaturas no valor de cento e oito mil euros, de que viaturas se tratava? A taxa de gestão de resíduos o ano passado tinha cinco mil e seiscentos euros orçamentados, este ano tinha catorze mil euros, quase três vezes mais e, por aquilo que sabia, o lixo não

tinha aumentado, nem a ERSAR (Entidade reguladora dos serviços de abastecimento de água e saneamento) tinha mexido nas mesmas, sendo um aumento brutal que não entendia. O financiamento para as faixas de gestão de combustíveis de dezoito mil euros, seria bom que fossem gastos este ano, uma vez que não tinham sido gastos no ano passado na limpeza de arruamentos ou beneficiação de estradas florestais. Resumindo, havendo em seu entender algumas coisas positivas, continuava a faltar quase tudo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU). Na questão dos jardins, os valores apresentados previam a totalidade da despesa que se iria gastar ao longo do ano e nesse conjunto, estava incluída a construção de espaços e jardins e jardins existentes que iriam ser requalificados, para além de todas as despesas normais de manutenção e conservação dos jardins já existentes. Não era um valor para intervir apenas um espaço, o projetado no orçamento em termos de requalificação, destinava-se ao Parque de Lazer da Capareira que tinha levado uma intervenção por administração direta no início do mandato ao nível das madeiras e tratamento das mesas existentes e, o que se previa fazer, era substituir o material degradado, nomeadamente as mesas e bancos de madeira substituindo-os por material compósito. Assim como, a colocação de uma churrasqueira e substituição de alguma iluminação. O valor de duzentos e cinquenta e sete mil euros incluía todas as despesas que a Câmara tinha com os espaços verdes existentes. Quanto aos arruamentos em Santa Margarida, onde estava incluída a Rua Nova, seria uma obra para iniciar no início do próximo ano. Lembrou que existia uma grande dificuldade neste momento ao nível da construção civil e de outro tipo de empresas para fazerem aquele tipo de trabalhos. O que tinha referido na Assembleia Municipal de Maio, sobre um conjunto de ruas que iriam ser pavimentadas, essa empreitada no final de Janeiro, início de Fevereiro, seria executada, estando um valor previsto no orçamento municipal de cento e vinte e três mil euros.-----

Quanto à urbanização em Santa Margarida, ainda existiam dois lotes disponíveis na Urbanização de Malpique. Era um processo que estava relativamente fresco, não constando no Orçamento Municipal para dois mil e vinte a conclusão da urbanização junto à Casa do Povo de Aldeia de Santa Margarida.-----

Quanto à requalificação da Rua Principal na Aldeia, a designação tinha sido essa porque a intervenção principal iria ser na Rua Principal, no entanto, o objetivo era requalificar desde a Rua das Hortas até à entrada da Rua Padre Esteves.-----



Quanto à questão da Pereira referiu que tinha que ser feito um estudo sobre a melhor solução para aquele problema de saneamento, lembrando que o esforço financeiro que iria ser exigido à Câmara Municipal no próximo ano, para resolver o problema do emissário que fazia a ligação dos esgotos da Vila à ETAR do Caima, não permitiria pensar noutra investimento no mesmo ano. A questão da Pereira não estava esquecida e tinha que se encontrar uma solução para garantir uma melhor qualidade de vida à população.-----

Quanto às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado, considerou que na sua maioria, tratavam-se de considerações, dando como exemplo a referência à nota introdutória. Sendo Presidente da Câmara Municipal, com a responsabilidade de elaborar a nota introdutória ao orçamento, apresentou aquilo que entendia ser de primordial importância para a sua compreensão. A ausência de uma referência a uma nova Ponte, não era um assunto esquecido, sendo referenciado muitas vezes por ano e, não era por não constar na nota introdutória que deixava de ser uma questão importante. A questão das acessibilidades continuaria a ser um assunto da agenda diária na defesa das pessoas e do concelho. Quanto ao Museu Quintas do Tejo, o promotor tinha assumido informar a Câmara Municipal até final do ano, se tinha ou não alguma linha de financiamento comunitário para poder fazer o que tinha projetado, porque numa primeira fase, tinha tido a candidatura reprovada e existia ainda a perspetiva de abrir uma nova candidatura. O que tinham combinado era aguardarem até final do ano para saberem se existiria essa possibilidade. No início do próximo ano voltariam a conversar. -----

Quanto ao monumento aos combatentes, o projeto estava feito e entregue na DGPC (Direção Geral do Património Cultural) para emissão do respetivo parecer. Depois de uma reunião no local com a Direção do Núcleo de Santa Margarida da Liga dos Combatentes, tinha ficado definido localizá-lo no Largo Cabral Moncada. Tratando-se do Centro Histórico e sobre a influência de um edifício classificado (Igreja da Misericórdia), tiveram que pedir parecer à Direção Geral e aguardavam o respetivo veredito.-----

Quanto à homenagem ao Comendador António Mendes, ex-Presidente da Câmara Municipal e ex-Presidente da Assembleia Municipal, referiu que seria de mau tom, um executivo municipal estar a promover uma homenagem ao Comendador António Mendes, numa altura de pandemia (COVID19) em que a população não pudesse participar nessa mesma homenagem. Quando a situação sanitária o permitisse, seria retomado o dossier de homenagem ao Comendador António Mendes. O próprio, certamente não gostaria que lhe fosse prestada uma homenagem com meia dúzia de pessoas. Só fazia sentido fazer-se a homenagem, com a participação da população.-----

Relativamente às outras questões apresentadas, retirando as considerações/opiniões que

disse respeitar, respondeu que os quarenta mil euros eram para o cemitério de Constância. Sobre a estrutura de apoio ao Parque de Merendas, era para as laterais que existiam. Na questão da mobilidade, era para as bicicletas elétricas.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referindo que, relativamente aos documentos previsionais em análise, salientava porque era importante fazê-lo, o equilíbrio apresentado. As despesas correntes do município eram suficientes, não só para fazer face às despesas correntes, mas também, para as amortizações médias. No mapa apresentado para resumir a política orçamental para dois mil e vinte e um, assim como para os anos seguintes, tal como era explicado, só pelo facto de se terem concluído mais oito empréstimos, o equilíbrio iria ser afetado positivamente, deixariam de existir amortizações para os mesmos. Disse ser importante referir o facto de neste mandato, não terem sido contraídos empréstimos, assim, não seria passada dívida para o futuro executivo. O facto de ao longo dos próximos anos, quase todos os empréstimos ficarem concluídos, permitiria uma situação mais favorável nos orçamentos futuros do município. Nos mapas da receita e da despesa previstas para dois mil e vinte e um, sugeriu que no futuro, para que se pudesse acompanhar a evolução a nível total e fazer uma melhor análise, fossem apresentadas por rubricas comparativas com anos anteriores, assim, conseguiriam ver rubrica a rubrica qual a evolução. Deu como exemplo; na receita corrente. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que para o próximo ano haveria uma descida significativa da Derrama, como os mapas apresentados continham o valor total, para uma melhor análise, era necessário ir aos mapas do orçamento para ver a descrição, tornando-se mais complicada a análise. Relativamente às Grandes Opções do Plano, quer na nota introdutória do Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer na apresentação de projetos estruturantes, a explicação era bastante clara para se perceberem os valores dotados para cada um dos Planos.-----

Para terminar, referiu que tinha apenas três dúvidas para colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal; no PPI (Plano Plurianual de Investimentos), o valor para o Parque Ambiental de Santa Margarida, no valor de quarenta mil euros, eram para beneficiação, construção, ou outros destinos?-----

Segunda dúvida; um valor de quarenta e quatro mil e setecentos euros afetos à remoção de amianto. Tratava-se de um valor final ou, era apenas a quota parte da despesa da Câmara Municipal? Que valores estavam definidos para as participações dadas pelo Governo e como se processava, era a Câmara Municipal a avançar primeiro com o pagamento e só depois ressarcida? -----



- Terceira dúvida; o valor mencionado para a eficiência energética destinava-se apenas às piscinas?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à sugestão apresentada quanto aos mapas da receita e da despesa pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), respondendo que iria validar com a Dra. Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, essa possibilidade.- Quanto à questão do Parque Ambiental de Santa Margarida, os quarenta mil euros inscritos, eram um valor que iria transitar para a substituição da torre de vigia do Parque. O processo estava praticamente finalizado e seria esse o valor que iria custar a nova torre. Relativamente à remoção do fibrocimento na escola, o procedimento já tinha sido lançado no âmbito da contratação pública e, o estipulado com o governo tinha sido um financiamento a cem por cento. Seria a Câmara a adiantar o dinheiro e depois seria ressarcida desse valor. Referiu ter muitas dúvidas que o valor definido por metro quadrado para a remoção do amianto fosse suficiente e a Câmara Municipal das receitas próprias, tivesse que colocar algum dinheiro. Era uma situação que teriam que analisar porque, quem tinha definido o valor por metro quadrado, tinha sido o Governo.-----

Quanto à questão da eficiência energética, estava contemplada a eficiência energética das Piscinas, numa candidatura que já vinha do anterior mandato. O processo tinha estado parado em algum lado, não na Câmara Municipal, e aguardavam que fosse aprovado para que o município pudesse executar o montante previsto na melhoria da eficiência energética da Piscina. Referiu que se tratava de uma candidatura submetida em dois mil e quinze, ou dois mil e dezasseis.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), começando por agradecer as respostas solicitadas e dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal com as quais tinha ficado esclarecido em todas elas, exceto uma. Tinha a ver com o Parque Infantil de Santa Margarida. Tratava-se de uma requalificação do já existente no Grupo Aldeense ou, a construção de outro, e onde?-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para referir que tinha ficado triste por se terem perdido do financiamento comunitário, duzentos e dez mil euros com os esgotos da Pereira e agora, o município ter que fazer o emissário sem comparticipação. Se o assunto tivesse sido bem pensado, aquelas verbas poderiam ter sido canalizadas para outro emissário, não se perdendo. No respeitante à estrutura de apoio ao POMTEZE (Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere), disse não

entender como é que se tinha começado apenas pelo telhado e agora fazerem outro concurso para as laterais. Provavelmente ainda apareceriam mais alguns para a eletricidade e conduta de água. Relativamente ao Parque Infantil Dr. Luís Soares em Montalvo, questionou se o facto de não constar no Plano, seria por servir pouca gente? Ou era para desincentivar as crianças mais pequenas a frequentá-lo para não levarem com as bolas de basquetebol na cabeça? Quanto à questão do ambiente (amianto), referiu que para além daquilo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha referido no respeitante à Escola, da responsabilidade financeira do Ministério da Educação, existiam ainda problemas nas condutas de água em Aldeia de Santa Margarida na Rua Nova e em Montalvo na Rua D. Afonso Henriques, com canalizações em amianto. Mesmo já tendo feito parte de vários Planos e Orçamentos, continuavam por substituir.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para questionar uma verba inscrita no PPI (Plano Plurianual de Investimentos), com um valor inscrito de cinquenta mil oitocentos e oitenta euros para a rede de abastecimento de água. A dúvida era saber se aquela verba se destinava a uma obra na Rua Principal de Aldeia de Santa Margarida e, se afirmativo, se era para substituir a conduta de água?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que a Câmara Municipal tinha tentado junto da Associação Cultural e Desportiva Aldeense, que durante o ano de dois mil e vinte, fosse regularizada a questão dos terrenos. Até à presente data, nada tinha sido regularizado por parte da Associação. A Câmara Municipal, de momento, estava a desenvolver um projeto para a implantação de um novo Parque Infantil junto ao edifício da Casa do Povo de Santa Margarida, futura Urbanização de Aldeia de Santa Margarida.-----

Relativamente às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), tinha colocado, já tinha referido várias vezes que os financiamentos comunitários não eram geridos pela vontade das Câmaras. O dinheiro não aplicado na Pereira, não poderia ser aplicado no emissário da ligação da rede de esgotos da Vila à Caima. A gestão das Câmaras Municipais não tinha nos dias de hoje a flexibilidade de outros tempos e, insistir naquela questão era tentar passar uma mensagem errada às pessoas.-----

Quanto à questão colocada sobre o amianto na escola, já tinha referido qual o ponto de situação. Relativamente a outras situações apontadas, o objetivo era substituir o que fosse necessário substituir, tendo sempre em vista melhorar a qualidade de vida das populações.

Essa era a obrigação de quem estivesse à frente do executivo.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), a verba de cinquenta mil oitocentos e oitenta euros, não se destinava a uma obra em concreto, mas sim para a manutenção/reparação de toda a rede do Concelho durante o ano.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para questionar o seguinte: Nas Grandes Opções do Plano, estava uma verba inscrita no valor de vinte e sete mil euros para o Gabinete de Saúde Oral, pretendia saber a que se destinava e, qual a previsão para entrada em funcionamento daquele Gabinete? Também no respeitante à rubrica Violência Doméstica, estava inscrita a verba de mil e seiscentos euros, questionando se era para intervenção direta, ou apenas para formação de técnicos? No apoio à população sénior, estavam inscritos trinta mil euros, pretendia saber qual a finalidade?-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo-se à questão do amianto e ao facto da conduta de água da Rua D. Afonso Henriques estar toda ela em fibrocimento. O Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia dizer que o Município não tinha dinheiro para fazer as obras, então, também poderia dizer que não tinha dinheiro para outras coisas. Ainda sobre o dinheiro que se destinava aos esgotos da Pereira, referiu que não era verdade não poder ser aproveitado para outra obra, a candidatura tinha sido feita para a rede de esgotos no concelho, fosse para a Pereira, Montalvo ou Constância. Se era para a rede de esgotos, era aplicado na rede de esgotos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), referindo que a verba de vinte e sete mil euros era um valor previsto na receita que faltava receber, pelo facto do projeto ser financiado pelos fundos comunitários. Quanto ao Gabinete de Saúde oral, já estava em funcionamento.-----

Sobre a questão da Violência Doméstica, a rubrica destinava-se a formação e algumas ações de sensibilização. -----

Relativamente ao Apoio Sénior inscrito no Orçamento, referia-se a eventuais apoios destinados à Santa Casa da Misericórdia de Constância no ano de dois mil e vinte e um.--

Em resposta ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), apenas referiu que estava nas funções de Presidente da Câmara e lidava diariamente com aquelas



questões, enquanto o Senhor Rui Manuel Ferreira estava há muito tempo afastado da Gestão autárquica direta e executiva e não tinha o direito de dizer que era mentira.-----
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções (quatro da CDU e uma do MIC).-----

A Bancada da CDU apresentou uma Declaração de Voto.-----

“Documentos Previsionais para o ano de 2021.-----

Declaração de voto-----

Ao analisar a proposta contida nos Documentos Previsionais para o ano de 2021, constatam os eleitos da CDU que, para além de conterem um ou outro projecto com impacto imediato na qualidade de vida da população continuam a não incorporar uma visão estratégica e integrada de desenvolvimento futuro do concelho.-----

A introdução, assinada pelo Senhor Presidente, dá-nos a perspectiva exacta do quanto inconsistentes e erráticas são as políticas municipais na procura de uma afirmação concelhia no contexto regional e nacional.-----

A falta de referência ao maior estrangulamento do concelho que é uma nova travessia, a actual revisão do PDM que por aquilo que conhecemos levará a maiores dificuldades de desenvolvimento, o PASM, novas ofertas urbanísticas e habitacionais em Santa Margarida, um novo Posto de Turismo, a situação das Quintas do Tejo que se quer como novo pólo de atracção na Freguesia de Montalvo e do Concelho e uma solução para a novela dos esgotos na Pereira são apenas alguns dos projectos estruturantes “esquecidos” pelo Executivo Municipal.-----

A forma atabalhoada e impreparada como tem sido gerido o projecto das margens do Zêzere onde se anuncia agora a substituição integral do pavimento “*independentemente ou não de irmos a ter reforço financeiro*” fazendo perder mais um ano de qualidade turística que a Vila tanto precisa, é uma evidência de que a gestão praticada é contrária a uma calendarização objectiva, clara e precisa conforme é anunciado.-----

O documento inclui o arranjo da Rua Principal da Aldeia mas não fala da requalificação da Rua das Hortas que lhe está ligada e em igual ou pior estado de degradação. Contempla os acessos ao Centro Escolar de Montalvo mas a verba inscrita é diminuta para uma circular com ligação à Rua das Hortas ficando por isso mais uma obra pela metade. A remoção de amianto na Escola Luís de Camões, fruto do protocolo estabelecido com o Ministério da Educação, não é acompanhada por igual preocupação na substituição dos poucos troços de condutas de abastecimento de águas ainda existentes no Concelho. O apoio ao investimento no Associativismo é contemplado apenas com 5.000€, apenas 10%



do custo total do arranjo do telhado da Casa do Povo de Montalvo que em campanha eleitoral o Partido Socialista se comprometeu a financiar por inteiro.-----

Uma última palavra para uma decisão tomada unanimemente várias vezes nesta Assembleia que é a construção do monumento aos Combatentes e a homenagem ao Comendador António Mendes, que também foi esquecido no documento. A “tábua rasa” feita pelo executivo camarário, sobre este assunto desrespeitando todos os eleitos, incluindo os membros do Partido Socialista que ao longo dos anos dinamizaram e apoiaram estas propostas não deixa de ser revelador do mau convívio existente entre os autores e os valores democráticos.-----

Pelas razões invocadas os eleitos da CDU não poderão votar favoravelmente os Documentos Previsionais para 2021 sendo o seu voto de abstenção.-----

Os eleitos,-----

Constância, 18 de Dezembro de 2021.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para referir que gostava que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), até à próxima terça-feira, fizesse chegar à Câmara Municipal, onde estava escrito ou tivesse dito, que o Partido Socialista nas últimas eleições Autárquicas iria apoiar a cem por cento a substituição do telhado da Casa do Povo de Montalvo.-----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL E RESPECTIVO ANEXO PARA O ANO DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal apenas referiu que todos os Deputados Municipais tinham o documento, não se perspetivando contratações no próximo ano, mantendo-se o mapa de pessoal estabilizado.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da bancada da CDU.-----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA PARA O ANO DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do assunto, informando que por pertencer



aos órgãos sociais da Associação Centro de Ciência Viva de Constância, não participaria na discussão nem na votação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que à semelhança do que se tinha passado nos últimos anos, o Contrato Programa a celebrar com o Centro de Ciência Viva, era uma forma da Câmara Municipal apoiar aquela instituição que desenvolvia um trabalho meritório para a divulgação do Concelho para o exterior, existindo neste Contrato Programa um reforço das transferências que a Câmara Municipal fazia ao Centro de Ciência Viva, a rondar os cinco mil euros.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DA CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES PARA O ANO DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação deste ponto, informando os Senhores Deputados Municipais que, tal como no ponto anterior, por pertencer aos órgãos sociais da Associação Casa Memória de Camões, não participaria na discussão nem na votação do mesmo.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que à semelhança do que tinha sido feito com o CCV, também com a Casa Memória de Camões tinham feito um Contrato Programa para apoiar a Associação, na dinamização de um conjunto de atividades que a mesma levava a efeito. Era uma associação de relevante interesse para o município, para o concelho, para região e para o país. Referiu que este Contrato Programa também contemplava um reforço de verbas nas transferências para o próximo ano, que passariam dos dezasseis mil euros habituais, para vinte e um mil euros.- Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO – RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, S.A. – CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, como era do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, devido a alterações legislativas ocorridas nos últimos anos, tinha sido necessário criar uma nova entidade que se



enquadrasse no novo regime jurídico para substituir a antiga RESITEJO. Esta nova empresa era a RSTJ e, o processo de transferência do património da RESITEJO para a RSTJ estava concluído, sendo necessário agora que o município aprovasse o contrato de gestão delegada. O município delegava as tarefas de recolha e tratamento dos resíduos nesta nova empresa, que continuava a ser constituída por capitais públicos. Era neste sentido que a proposta de contrato de gestão delegada vinha a esta Assembleia Municipal. Em termos simplistas, o município delegava nesta empresa o que já tinha delegado na RESITEJO.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que há um ano, a Assembleia Municipal tinha aprovado os Estatutos por maioria. Relativamente a esta delegação de competências, na cláusula quinta, estavam bem expressas as intenções da RSTJ; - *“alínea a) - utilizar e administrar bens do domínio público ou privado municipal afetos ao exercício da sua atividade; requerer a constituição de servidões e expropriação por utilidade pública; integrar no seu ativo e contrapartida para o município, infraestruturas de gestão de resíduos urbanos e novos loteamentos sem prejuízo do respetivo domínio público; pronunciar-se sobre os projetos, loteamentos e obras particulares no que respeita aos locais para os equipamentos destinados à reposição de resíduos urbanos e fiscalizar a sua execução quando aplicável nos termos do regime jurídico de organização”*. Assim, de acordo com os estatutos, o município ia perdendo o controlo daquilo que eram as funções e responsabilidades diretas dele próprio.-----

A RESITEJO tinha sido criada para tratamento de resíduos sólidos urbanos, alargar a sua atividade a domínios diretos da responsabilidade do município, em sua opinião, não era o caminho. Para além disso, a par de outros sistemas como tinha acontecido com a Valnor, embora os capitais fossem maioritariamente municipais, nada obstava que no futuro o caminho não fosse a privatização. Referiu ainda que para o ano em curso, a taxa de tratamento dos resíduos por tonelada era de quarenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos e, a proposta era passar para cinquenta e um euros. Em sua opinião, este não poderia ser o caminho, pelo que Bancada da CDU não poderia votar favoravelmente.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com treze votos a favor, três votos contra da bancada da CDU e, duas abstenções, uma da CDU e uma do MIC.-----

A Bancada da CDU apresentou uma declaração de voto.-----

“Contrato de Gestão delegada para Prestação de Serviços de Gestão e Tratamento de resíduos na RSTJ.-----

Declaração de Voto



A presente proposta do Executivo de “Contrato de gestão Delegada para Prestação de Serviços de Gestão e Tratamento de Resíduos” visa a concentração e verticalização de um serviço que sempre foi desenvolvido pelo município, com excepção do tratamento dos resíduos. Ao se abrir a perspectiva da recolha e limpeza de arruamentos ser entregue à empresa RSTJ, está-se a dificultar a possibilidade dos cidadãos exigirem o efectivo controle democrático por parte dos seus eleitos autárquicos, com perda de transparência na gestão de um serviço público fundamental, e quem sabe no futuro, correremos o risco de ter de suportar taxas e tarifas desproporcionadas e sem preocupações sociais, sem qualquer controle por parte de quem hoje concessionaria os referidos serviços.-----

O conteúdo do documento especifica e acentua ainda mais o risco real, que já está presente nos estatutos da RSTJ, da possibilidade futura da privatização de todo o sistema, conforme aconteceu no caso da Valnor onde agora todos os municípios contestam os valores exorbitantes que têm a pagar.-----

Assim, os eleitos da CDU votam contra este Contrato de Gestão Delegada para Prestação de Serviços de Gestão e Tratamento do Resíduos na RSTJ por:-----

Ser aberta a perspectiva de entrega da recolha de resíduos em baixa e,-----

1. Limpeza de ruas abdicando-se de uma política autárquica autónoma de prestação de um serviço público e dificultando-se a transparência e controles democráticos dos munícipes, através dos seus eleitos, relativamente à qualidade dos serviços prestados e fixação futura das taxas e tarifas a pagar.-----

2. Se mostrarem claramente excessivos os poderes de autoridade e competências delegados por força da cláusula 5ª do Contrato designadamente no domínio da administração de bens públicos e privados do município ou de intervenção no território, incluindo o próprio RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, que deve ser da exclusiva responsabilidade de órgãos democraticamente eleitos das autarquias.-----

3. Se antever na RSTJ, a inevitável repetição futura dos erros e dos vícios que ocorreram na gestão da Resitejo, com o mesmo estilo de administração que se tem caracterizado pela opacidade, em que apenas pontualmente são denunciados alguns dos males da empresa, como os seus desequilíbrios financeiros e preocupantes passivos ambientais, seja em documentos inspectivos das entidades reguladoras do sector seja por alguns poucos autarcas que tiveram a coragem para o fazer.-----

Em conclusão, caso o município de Constância venha no futuro a aderir a estes serviços, como fez recentemente com outras empresas na área da limpeza urbana, não se pode deixar de considerar tal decisão, bem reveladora do fracasso da gestão socialista no tocante à administração do pessoal necessário a estas tarefas essenciais à qualidade de

vida das populações e ao ambiente.-----

Os eleitos da CDU.-----

Constância, 18 de dezembro de 2021”-----

PONTO 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO – AMEGA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS – ARTIGO 9º (MANDATO) – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se tratava de uma Associação da qual o município fazia parte há alguns anos e, a sua Assembleia tinha entendido propor uma alteração ao Art.º 8º, referente ao mandato dos órgãos sociais. Os Senhores Deputados Municipais tinham os documentos com a proposta anterior e a alteração da redação.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um processo normal em que a Câmara era obrigada a ter esta figura. Tinha sido desencadeado o processo de contratação pública e, era competência da Assembleia Municipal deliberar a nomeação do respetivo auditor. Sendo que o auditor era aquele que já prestava serviços no município, tendo sempre feito um bom trabalho.-----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 10 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as diferentes Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU),



para solicitar alguns esclarecimentos; relativamente a uma “submissão de Candidatura a Programação Cultural em Rede”, gostaria de saber do que se tratava. Sobre uma proposta de decisão da aprovação da candidatura do Gabinete de Saúde Oral, disse pretender saber se tinha a ver com o início de funcionamento do mesmo. Também pretendia saber, qual o parecer da candidatura de eficiência energética da Piscina de Constância. Relativamente à Ação Social Saúde e Educação, gostaria de saber se nesta data era possível ter alguns dados sobre o impacto no concelho a nível da pandemia. Gostava igualmente de saber qual o ponto da situação na procura do Cartão Abem e, do número de famílias no rendimento de inserção. Também gostaria de saber da procura de apoio social no concelho.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões apresentadas. No respeitante ao projeto cultura em rede, tratava-se de um projeto muito semelhante ao projeto caminhos, visava desenvolver um conjunto de atividades culturais pelos diversos municípios do Médio Tejo.-----

Relativamente ao Gabinete de Saúde Oral, não tinha a ver com o funcionamento do gabinete, tinha a ver sim, com o facto de só há relativamente pouco tempo o município ter recebido a aprovação da candidatura a oitenta e cinco por cento.-----

Nas questões da Ação Social, começando pelo Cartão Sénior Municipal, neste momento tinha apenas um beneficiário. Relativamente ao Cartão Abem, da rede solidária do medicamento, tinham vinte e um beneficiários, dos quais três encontravam-se abrangidos pelo protocolo de emergência celebrado no âmbito do COVID-19. Estas três situações tinham sido sinalizadas devido a situações de dificuldades económicas e sociais, fruto do COVID-19.-----

Quanto à campanha que o município tinha lançado “*Não saia de Casa nós vamos por si*”, tinham registado treze apoios no concelho, divididos da seguinte forma pelas diversas freguesias; cinco em Constância, cinco em Montalvo e três em Santa Margarida da Coutada. Relativamente ao apoio alimentar na cantina social da Santa Casa da Misericórdia, estavam a servir de momento vinte e três refeições a sete agregados familiares. No Centro de Apoio Social da Carregueira estavam vinte e quatro famílias em acompanhamento, quatro de Constância, nove de Montalvo e onze de Santa Margarida da Coutada. Na loja social, estavam a ser acompanhadas quarenta e quatro famílias e, destas quarenta e quatro, vinte e oito tinham apoio alimentar.-----

Não havendo mais questões o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

PONTO 11 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para referir que não tinha sido entregue para esta Assembleia Municipal a folha de caixa diária, pelo que gostava de saber o valor financeiro existente.-----

Também gostaria de saber se existiam negociações ou conversas ou outro tipo de contactos com os familiares do falecido José Ramoa Ferreira, sobre o seu espólio e sobre a utilização que lhe pretendiam dar no futuro.-----

Por fim, disse ter lido uma entrevista do Senhor Presidente da Câmara Municipal no Jornal de Abrantes em que dizia “*que tinha sido necessário ter coragem para reduzir o preço dos lotes nas urbanizações de Malpique*”. Em seu entender, coragem teve que existir para levar por diante aquela urbanização. Para vender, ainda por cima dois lotes às mesmas pessoas, não era necessariamente preciso ter grande coragem.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), começando por referir que na última Assembleia Municipal tinha apresentado algumas preocupações sobre as obras que estavam a decorrer na Vila; as obras do Cineteatro que várias vezes tinham afirmado que estavam concluídas tal como a limpeza do espaço envolvente, as obras junto ao Rio Zêzere, os pavimentos da Vila que começavam a ser uma ameaça para a segurança das pessoas particularmente para as crianças e idosos, com muitas pedras soltas e buracos. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela reação demonstrada, não teria gostado da sua intervenção. Hoje dava-lhe os parabéns, porque o Senhor Presidente tinha reconsiderado e assumido que as obras do Cineteatro afinal não estavam concluídas como tinha afirmado. Como todos puderam observar, na semana seguinte tinham iniciado uma nova intervenção que decorreu durante alguns dias, sinal mais do que evidente que as obras não estavam concluídas. Também a segurança das pessoas e a limpeza da vila tinham melhorado significativamente.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para informar que os Deputados Municipais do Partido Socialista, eleitos na Assembleia Municipal, tinham decidido prescindir da sua senha de presença relativa à sessão da Assembleia Municipal, do passado dia treze de outubro para a eleição da Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional). Pretendiam que os valores das senhas de presença fossem doados à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância. Para que se pudesse operacionalizar esta transferência, solicitavam por parte do município a melhor forma de o fazer. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao



Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sobre a folha de caixa em falta. As sessões por videoconferência provocavam alguns constrangimentos na distribuição atempada deste documento, pelo facto pediu desculpa. Referiu que tinha em seu poder os valores, dando conhecimento dos mesmos a toda a Assembleia Municipal.-----

Quanto à questão colocada sobre o espólio do Senhor José Ramoa, a Câmara já tinha entrado em contacto com a família e aguardava respostas. Havia uma questão que ultrapassava a família que era a seguinte: o espólio do escritor, poeta e pintor Vasco de Lima Couto não tinha sido doado diretamente ao Senhor José Ramoa, mas sim, ao filho do Dr. Rui de Brito, seu afillhado. Disse já ter entrado em contacto com o filho do Dr. Rui de Brito, aguardando resposta deste sobre o assunto, que em seu entender, se tinha mostrado bastante recetivo.-----

Quanto à entrevista ao Jornal de Abrantes, disse também ter tido conhecimento de algumas considerações presumivelmente feitas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sobre a mesma, que *“o Presidente da Câmara Municipal de Constância não tinha peso perante os colegas, não tinha peso na região, nem na afirmação do concelho”*. Como resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal elencou um vasto número de exemplos de objetivos atingidos, demonstrativos do seu “peso” e das pessoas que serviam na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia. -----

Em relação à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), sobre as senhas de presença, por ser uma questão técnica, deu a palavra à Senhora Dra. Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para se pronunciar.-----

No uso da palavra, a Chefe de Divisão começou por referir que em seu entender, uma declaração conjunta seria suficiente, não seriam necessárias declarações individuais. Nessa declaração, deveria ser feita referência à sessão respetiva, para os serviços saberem quais os Deputados Municipais presentes na mesma, bem como, a designação do beneficiário, neste caso, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância.-----

Em relação à operacionalização da transferência, tinha algumas dúvidas por causa das implicações em termos de IRS, por se tratar de um rendimento sujeito a tributação, e, portanto necessitava de mais alguns esclarecimentos. A forma mais simples em sua opinião, era a Câmara Municipal pagar aos Deputados Municipais, e, os Deputados Municipais autonomamente, fazerem a entrega à Associação e posteriormente, apresentarem a verba em IRS como donativo.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura da Minuta da Ata que de seguida colocou a votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes pudessem produzir efeitos imediatos.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e treze minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António L. F. da

Maria Teresa Braga de Castro

Carla Silveira